



SAÚDE PÚBLICA

Serviços funcionam de forma precária

Várias irregularidades foram constatadas pelo Ministério Público da Paraíba e por uma equipe multiprofissional nos serviços de saúde dos municípios de Pilar, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu.

Apesar de o Governo Federal ter repassado, este ano, R\$ 1 milhão ao município de Pilar, a Maternidade da cidade (foto à direita) funciona de forma precária e não oferece

atendimento de qualidade à população.

As fiscalizações fazem parte do trabalho da Equipe Especializada em Saúde e Consumidor e serão focadas nas cidades que têm os mais baixos índices de desenvolvimento humano da Paraíba.

Na Capital, a Promotoria da Saúde inspecionou a Maternidade Frei Damiano e o Hospital Napoleão Laureano. **Páginas 4 e 5**



MPPB move ação contra municípios que contrataram sem concurso

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) ingressou no Tribunal de Justiça com cem ações diretas de

inconstitucionalidade contra leis que autorizam a contratação de servidores sem concurso público.

Página 6

51,6% das vítimas de homicídio em CG são jovens e adolescentes

Uma em cada duas pessoas assassinadas em Campina Grande tem menos de 25 anos de idade. De acordo com o Mapa da Violência 2010, Campina Grande é a 10ª cidade do Brasil com maior número de homicídios de crianças, adolescentes e jovens. O número de meninos e meninas mortos no

município supera outros países.

Para enfrentar o problema, o MPPB, Conselhos Tutelares, representantes do setor empresarial, da sociedade civil e autoridades governamentais decidiram criar o Fórum Permanente de Segurança Pública.

Página 3

Inspeções em abrigos para idosos são iniciadas

Página 8



CONCURSADOS CONVOCADOS: Graças a quatro ações civis públicas movidas pela Promotoria do Patrimônio Público da Capital, o Governo do Estado foi obrigado judicialmente a convocar 3.192 aprovados nos concursos da Saúde, Polícias Civil e Militar. **Página 6**

INFÂNCIA



PÁGINA 3

Equipe Especializada e Polícias Civil e Militar fazem operação contra exploração sexual

MEIO AMBIENTE



PÁGINA 6

Prefeitos e promotores de Justiça do Sertão e Alto Sertão discutem soluções para o lixo doméstico

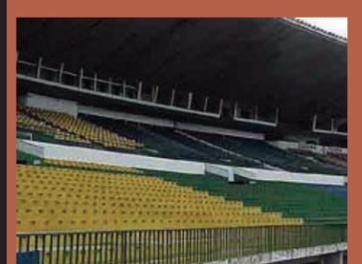
EDUCAÇÃO



PÁGINA 7

Município de Marcação recebe R\$ 310 mil, mas alunos perdem aula por falta de merenda

CIDADANIA



PÁGINA 8

TAC garante benfeitorias e instalação de 15 câmeras no estádio Almeidão, em JP

ESPAÇO DO LEITOR

“Parabéns pela iniciativa! Esse jornal é importante porque pode ajudar a população a entender o trabalho feito nas promotorias de Justiça para defender e proteger os direitos dos idosos e do cidadão, em geral. O trabalho do Ministério Público também tem sido muito importante para ajudar a combater o abuso sexual de crianças e adolescentes.”

Fernando Gomes da Silva, funcionário público

“O jornal é um excelente canal de interlocução do MP com a sociedade civil organizada. Gostaria de sugerir como pauta para as próximas edições, temas que abordem os Direitos Humanos de LGBT, mulheres, negros/os, índios, quilombolas, ciganos, entre outros.”

Felipe dos Santos, ativista e militante dos Direitos Humanos de LGBT e Movimento Negro Organizado

“É muito triste ver nossos jovens - que deveriam ser um bom futuro para o nosso país - se acabando no mundo das drogas. Muitos não estão tendo nem a chance de completar a maioridade. Que bom que temos profissionais no Ministério Público da Paraíba trabalhando para mudar essa triste realidade.”

Marilene Lima, recepcionista



Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail jornal@mp.pb.gov.br.

APRENDENDO DIREITO

Ação Popular: é o meio pelo qual qualquer cidadão, no gozo de seus direitos políticos, pode provocar o pronunciamento do órgão judicante sobre atos legais ou inconstitucionais lesivos ao patrimônio público, histórico ou cultural, no sentido de decretar a invalidade desses atos lesivos, condenando os responsáveis à indenização das perdas e danos. A ação popular tem duplo sentido: o corretivo por pretender a reparação de erro que fixa o patrimônio público e o supletivo, por suprir a inércia da autoridade pública que se descuroou, pois dirige-se contra pessoas jurídicas de direito público, sejam elas federais, estaduais ou municipais, alcançando ainda empresas e fundações públicas e sociedades de economia mista, desde que manipulem dinheiro público. O autor da ação assume a defesa de interesses de coletividade, com o objetivo de preservar as coisas públicas e restabelecer a moralidade administrativa, sem ter qualquer compensação pecuniária.



ARTIGO

Saúde: Direito de todos e dever do Estado

ADRIANA AMORIM DE LACERDA

A Constituição Federal prevê como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil o princípio da dignidade da pessoa humana, determinando no artigo 5º a inviolabilidade do DIREITO À VIDA. Pode-se concluir, portanto, que se a Constituição garante o direito à vida e tem como um dos fundamentos da República o princípio da dignidade da pessoa humana, conseqüentemente a saúde de seus cidadãos deve ser tida como um direito reconhecido, pois tratando-se de saúde, estamos tratando de vida e não haverá dignidade, sem que a pessoa tenha garantido o acesso aos serviços de saúde de qualidade.

O artigo 196 da Constituição Federal estipula que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário de ações para sua promoção, proteção e recuperação.

A insuficiência, inadequação ou simples inexistência de políticas públicas na área da saúde, além de inadmissível é inconstitucional, por afronta direta aos valores fixados em nossa lei maior.

Quando se fala em saúde pública, está se falando não só da prestação da saúde para o tratamento de doenças, mas também de profilaxia, de prevenção, de medidas e políticas públicas para o enfrentamento de doenças que possam surgir. Para a Organização Mundial de Saúde, a saúde não é a mera ausência de doenças, mas um completo bem estar físico, mental e social.

Os serviços de saúde são considerados como de relevância pública, consistindo num direito social regido pelos princípios da **universalidade** (que indica direito de todos, independentemente de condicionantes sociais ou financeiras) e da **igualdade**.

Constitucionalmente ainda são previstas diretrizes, como a **integralidade** (que garante o direito à assistência integral nos três níveis de atenção – assistência primária, média e de alta complexidade).

Para que o modelo se torne sustentável, a organização deve ser prioritária nas áreas da promoção, da prevenção e da atenção básica à saúde, aproximando os serviços do cidadão, minimizando os danos e otimizando os recursos.

O mais importante é que a saúde, por sua relevância, deve obter tratamento prioritário, sendo certo que qualquer ação ou omissão dos poderes constituídos que venha a tolher seu exercício deverá ser considerada inconstitucional, cabendo a todos nós, detentores desse direito, fiscalizar a correta aplicação, para que as previsões constitucionais não sejam consideradas como simples promessas, mas o exemplo prático de respeito à vida e à dignidade humana.

Adriana Amorim de Lacerda

é promotora de Justiça de Defesa da Saúde Pública de Campina Grande/PB e coordenadora da Equipe Especializada na Defesa dos Direitos do Consumidor e da Saúde do MPPB

JORNAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Social

Procurador geral de Justiça
Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Subprocurador-geral de Justiça
Nelson Lemos
Corregedor-geral
Paulo Barbosa
Secretário-geral
Bertrand Asfora
Coordenador do 1º Caop
Adrio Nobre Leite
Coordenador do 2º Caop
Luís Nicomedes

Ministério Público da Paraíba
Procuradoria Geral de Justiça
R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro
CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB
Tel.: (83) 2107-6000
Site: www.mp.pb.gov.br

Jornalista Responsável
Cristina Fernandes - DRT: 826/05-68

Projetos Editorial e Gráfico e Diagramação:
Cristina Fernandes

Integrantes da Assessoria de Imprensa do MPPB
Almira Félix, Anselmo Guimarães, Lila Santos, Alexander Carvalho, Cristina Fernandes
Fotografia
Daniel Félix
Chargista colaborador
Euclecio Fernandes

Assessora de Imprensa
Eloise Elane

Tiragem: 5.000 exemplares

51,6% das vítimas de homicídio são adolescentes e jovens

Número de crianças e pessoas com menos de 25 anos de idade assassinadas em Campina Grande supera países como Costa Rica, Japão e Espanha

Uma em cada duas pessoas assassinadas em Campina Grande tem menos de 25 anos de idade. Nos últimos 18 meses, foram registrados 247 homicídios no município, sendo que em 51,6% deles, as vítimas eram adolescentes de 13 a 17 anos e jovens na faixa etária de 18 a 25 anos de idade.

O Mapa da Violência 2010 publicado pelo Instituto Sangari também revela dados alarmantes: o número de crianças, adolescentes e jovens menores de 19 anos mortos em Campina Grande é maior do que em outros países, a exemplo da Costa Rica, Japão, Espanha e Itália.

Para enfrentar o problema, o Ministério Público, Conselhos Tutelares, representantes do setor empresarial, da sociedade civil e autoridades governamentais decidiram criar o Fórum Permanente de Segurança Pública.

Segundo o promotor de Justiça da Infância e Juventude Herbert Targino, o fórum visa proteger o público infanto-juvenil (estimado atualmente em 150 mil pessoas, no



Violência contra a infância e a juventude: Campina Grande é a 10ª cidade do País com maior número de crianças, adolescentes e jovens assassinados

município), que é o mais vulnerável à violência. “Somos a 10ª cidade do País com maior número de mortes de crianças e adolescentes. Precisamos mudar isso!”, disse.

Diagnóstico

Já na primeira reunião do Fórum, realizada no dia 18, o comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar, Marcos Marcone, o superintendente da Polícia Civil,

Ariosvaldo Adelino, e o delegado-chefe da Polícia Federal, Francisco Leônidas, fizeram um diagnóstico da realidade das polícias que comandam, falaram sobre as ações em andamento e de deficiências estruturais das corporações.

Dentre os problemas relatados estão o déficit no efetivo e a insuficiência de viaturas para fazer as diligências e o policiamento nos 50 bairros de Campina Grande.

De acordo com Herbert Targino, um dos objetivos do fórum é monitorar a execução das políticas de segurança pública em Campina Grande. “Não haverá êxito nas políticas de segurança, sem a avaliação regular e monitoramento corretivo com a participação da comunidade”, argumentou.

Política intersetorial

O promotor de Justiça falou sobre a importância da polícia comunitária e sobre a necessidade de atuação conjunta entre as polícias civil e militar para o enfrentamento da violência.

Segundo ele, o Ministério Público vai cobrar das autoridades policiais o diagnóstico dos fatores sociais relacionados à reprodução de práticas violentas e criminosas em cada bairro e zona da cidade. “São essas dinâmicas que constituem o alvo a ser interceptado. Também se faz necessário uma política interinstitucional e intersetorial associada à política policial. Por isso, a importância da implantação de políticas sociais preventivas envolvendo as áreas da educação, assistência social e saúde”, defendeu.

Diretrizes

As diretrizes do Fórum Permanente são: a gestão democrática e o controle social da política de segurança humana; o financiamento e a gestão dessa política; a repressão qualificada da criminalidade; a prevenção social do crime e das violências e a construção da paz; o sistema de prevenção e o atendimento emergencial aos jovens que sofrem com a dependência das drogas.

A próxima reunião do fórum será no dia 15 de setembro.

EVASÃO ESCOLAR E CMDCA

53 municípios do Sertão participam de audiência

Autoridades e setores da sociedade civil organizada de 53 municípios do Sertão da Paraíba participaram de audiências públicas, promovidas entre 16 e 18 de agosto, pela Equipe Especializada em Infância e Juventude e Educação do Ministério Público da Paraíba para discutir o combate à evasão escolar e a importância da criação, estruturação e fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), um em cada dez alunos abandona a escola na Paraíba e o tempo médio de estudo do paraibano é de 5,3 anos.

As audiências foram realizadas em 15 promotorias de Justiça, sediadas nos municípios de Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, São Bento, Paulista, Pombal, Coremas, Itaporanga, Piancó, Santana dos Garrotes, Princesa Isabel, Água Branca, Malta, Teixeira, São Mamede e Santa Luzia. A equipe do Ministério Público também

promoveu cursos de capacitação para 265 conselheiros tutelares que atuam na região.

Na Grande João Pessoa

No dia 13 de agosto, a Equipe Especializada reuniu os atores do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente do município de Santa Rita, na Grande João Pessoa, para saber como a rede de proteção está estruturada.

A promotora Soraya Escorel explicou que há a necessidade de uma maior articulação da família, da escola e o poder público. Segundo ela, a estrutura dos conselhos tutelares deixa a desejar. “O poder público não está dando recursos suficientes para a área da infância e juventude, quando nós sabemos que existe orçamento próprio para isso”, criticou.

Após a reunião, os membros do Ministério Público da Paraíba e da rede de proteção fizeram uma vistoria na Casa de Passagem de Santa Rita para verificar a estrutura do local.

EM POMBAL

Equipe faz operação contra exploração sexual infantil

A Equipe Especializada em Infância, Juventude e Educação realizou, no dia 17 de agosto, uma operação para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes em Pombal (a 370 quilômetros da Capital).

Seis estabelecimentos denunciados por prática de exploração sexual infanto-juvenil foram fiscalizados e notificados pela Promotoria de Justiça da Comarca de Pombal. Ninguém foi preso.

Na operação, foi apreendido um computador sob suspeita de conter material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes. O equipamento



Um computador foi apreendido para ser periciado. Suspeita é de que o equipamento tenha material pornográfico

passará por perícia.

A ação foi articulada pelas promotoras de Justiça Livia Cabral e Soraya Escorel e contou com o apoio do Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar (Gate) e da Polícia Civil.

Serviços de saúde funcionam de forma precária

MPPB, Agevisa e Conselhos Regionais fazem inspeção em hospitais e unidades do PSF, em Pilar, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu

Prédios precários, falta de médicos e enfermeiros, medicamentos e kits para testes (como o de tipagem sanguínea, por exemplo) vencidos e falta de higiene. Esses foram alguns dos principais problemas constatados pelo Ministério Público da Paraíba e por uma equipe multiprofissional nos serviços de saúde dos municípios de Pilar, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu.

A inspeção foi feita pela Equipe Especializada em Saúde e Consumidor do MPPB, Conselhos Regionais de Farmácia, Medicina e Enfermagem e Agência Estadual de Vigilância Sanitária (Agevisa).

Para a promotora de Justiça que coordena a Equipe Especializada, Adriana Amorim, a situação mais grave foi encontrada no Hospital e Maternidade de Pilar. “A unidade possui equipamentos obsoletos, falta higienização e não é feito o atendimento prioritário para



Hospital e Maternidade de Pilar apresenta problemas estruturais que comprometem a qualidade do serviço de saúde oferecido à população

pacientes idosos, por exemplo”, exemplificou.

Laboratório e farmácia

O Conselho Regional de Farmácia encontrou irregularidades no laboratório do hospital e no acondicionamento dos medicamentos. Por funcionar de

forma precária, o serviço realiza poucas internações e partos. Em 2009, foram realizados apenas três partos normais e este ano, 19.

De acordo com Maria Coeli, do Conselho Regional de Farmácia (CRF), o hospital só possui uma farmácia básica. “As instalações físicas da farmácia são precárias,

superaquecidas. Medicamentos armazenados com material médico hospitalar e com material de expediente. O CRF vai notificar a Prefeitura para que ela apresente o responsável técnico e solicite registro e inspeção da Vigilância Sanitária, para que sejam feitas as adequações na instalação física”, afirmou.

O coordenador do 1º Caop (Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça), Adrio Leite, disse que, só este ano, o Governo Federal destinou cerca de R\$ 1 milhão para o município, o que não justifica a situação em que se encontra a maternidade. Segundo ele, a Promotoria de Justiça deve exigir das prefeituras o Plano Municipal de Saúde, que define onde o município vai investir na área da saúde e quais as maiores urgências da população.

A Promotoria de Pilar tomará as medidas cabíveis assim que receber os relatórios técnicos da inspeção.

Equipe constata irregularidades em municípios com baixo IDH

A Equipe Especializada também se deparou com problemas graves nas unidades da Estratégia Saúde da Família (também chamada de Programa Saúde da Família ou PSF) de São Miguel de Taipu e em São José dos Ramos, municípios que apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) da Paraíba e portanto, os maiores problemas sociais e econômicos.

O PSF de São Miguel de Taipu funciona em um prédio precário. “O Coren (Conselho Regional de

Enfermagem) fez algumas recomendações em relação aos prontuários dos pacientes e à atuação dos profissionais de Enfermagem. Papel toalha e sabonete líquido não existem na unidade! Por ser o único serviço na zona urbana, a unidade deveria ter melhores condições de funcionamento”, criticou a promotora Adriana Amorim.

Sala superaquecida

Na unidade mista de São José dos

Ramos, o laboratório possui sala superaquecida, o que compromete os resultados dos exames.

Não há médicos e as pessoas que trabalham na área de farmácia não são registradas no Conselho Regional. “Para ser considerada unidade de prontoatendimento, o serviço deve ter médico e enfermeiro 24 horas e isso não ocorre nesse serviço. Só há médico três vezes na semana e, no período noturno, a situação é crítica porque a população está desassistida”,

alertou a promotora.

O MPPB vai aguardar o envio dos relatórios de inspeção que serão produzidos pelos Conselhos Regionais para tomar as providências necessárias e garantir que o direito à saúde seja prestado à população com qualidade.

O procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, também participou da inspeção feita no Hospital de Pilar e garantiu o apoio da instituição às ações dos promotores de Justiça.

TAC garante piso de R\$ 3 mil a médicos do PSF e põe fim à ameaça de greve, em Campina Grande

A Prefeitura de Campina Grande deve encaminhar projeto de lei à Câmara de Vereadores até o dia 1º de setembro fixando em R\$ 3.060,00 o piso salarial dos médicos da Estratégia Saúde da Família (também conhecido por Programa Saúde da Família ou PSF).

O valor corresponde ao teto básico que vem sendo pago à categoria, em nível nacional. No município, a equiparação ainda é feita através de gratificações.

A medida foi acordada no termo de ajustamento de conduta (TAC), firmado no dia 23 de agosto, entre o Ministério Público da Paraíba, a Prefeitura, o Conselho Regional de Medicina (CRM) e o Sindicato dos

Médicos e pôs fim à ameaça de greve da categoria no município. O descumprimento do acordo acarretará em multa diária de um salário mínimo.

De acordo com o TAC, a Prefeitura de Campina Grande terá que apresentar ao MPPB, até o fim deste ano, uma minuta do projeto do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos profissionais da saúde do município. Nesse período, o piso nacional de R\$ 3.060,00 já deverá estar implantado nos contracheques dos médicos do PSF.

O Executivo municipal se obriga também a efetuar, dentro dos prazos estabelecidos em leis trabalhistas, o pagamento de um

terço de férias e os reajustes anuais, tomando como parâmetro a data-base da categoria.

Condições de trabalho

Para melhorar as condições de trabalho dos profissionais, o MPPB vai encaminhar ofícios aos Conselhos Regionais de Medicina, Odontologia e Enfermagem e à Gerência de Vigilância Sanitária solicitando a esses órgãos a realização de vistorias nas unidades básicas de saúde.

Os relatórios de inspeção elaborados pelos conselhos e pela Vigilância Sanitária serão encaminhados à Promotoria de Justiça e aos gestores do setor de

saúde municipal. Estes deverão tomar as medidas necessárias, dando prioridade às situações mais urgentes, para oferecer atendimento de qualidade à comunidade.

Embora o termo de ajustamento de conduta seja voltado os médicos, o gerente de gestão da Estratégia Saúde da Família de Campina Grande, Márcio Tarrat Rocha, informou que o projeto de lei que será encaminhado à Câmara pelo prefeito Veneziano Vital do Rêgo beneficiará, com os mesmos critérios, os demais profissionais que integram o PSF, como odontólogos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e de odontologia e assistentes sociais.

Órgãos fazem inspeção em maternidade de JP

Devido a reformas, aparelho usado para esterilização foi encontrado em local improvisado que não segue as normas técnicas de segurança

O Ministério Público realizou, no dia 19 de agosto, uma fiscalização de rotina na Maternidade Frei Damião, em João Pessoa. O serviço possui 53 leitos e realiza, em média, 295 partos mensais.

A inspeção teve o apoio dos Conselhos de Medicina (CRM), Enfermagem, Psicologia, Farmácia, Odontologia, Nutrição e Fisioterapia e dos profissionais da Agência de Vigilância Sanitária da Paraíba (Agevisa) e da Vigilância Sanitária municipal.

Foram vistoriados a UTI materna e neonatal, a farmácia, as enfermarias, a área de nutrição e banco de leite, entre outros setores. De acordo com o promotor de Justiça da Saúde da Capital, João Geraldo Barbosa, os conselhos irão enviar relatórios da inspeção. "Será a partir desses relatórios técnicos que vamos tomar as medidas

cabíveis, como a abertura de procedimento administrativo ou até mesmo o ajuizamento de uma ação civil pública", informou.

O CRM verificou que, devido às reformas na maternidade, o autoclave (aparelho usado para esterilizar materiais) estava em local improvisado que não atende às normas técnicas.

Segundo o promotor de Justiça, a fiscalização nos hospitais públicos, privados e filantrópicos de João Pessoa que têm convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) têm caráter preventivo. "Queremos conhecer a situação da rede hospitalar conveniada com o SUS", explicou.



Acima, aparelho de autoclave funciona em local improvisado, que não atende às normas técnicas, o que compromete a eficácia da esterilização de materiais. Ao lado, o banco de leite da maternidade

NO NAPOLEÃO LAUREANO

Aparelho de alta tecnologia usado para tratamento do câncer está desativado

A Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde da Capital e uma equipe multiprofissional também visitaram, no dia 26 de agosto, o Hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa. A direção do hospital filantrópico que é referência em todo o Estado no tratamento dos pacientes com câncer informou que os principais problemas enfrentados pela unidade estão relacionados ao repasse de recursos por parte da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa para custear as cirurgias oncológicas e ao funcionamento de um equipamento que deveria ser usado nas sessões de radioterapia.

Também foram constatados problemas estruturais no hospital, como rachaduras nas paredes, falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e insuficiência de extintores. "O que nos foi relatado é que a demanda de pacientes dos SUS encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde é superior ao valor repassado. Por isso, solicitamos um levantamento do número de pacientes encaminhados, do número de cirurgias realizadas e do repasse financeiro feito à unidade nos últimos seis meses", explicou o



Hospital Napoleão Laureano é referência no tratamento do câncer na Paraíba

promotor de Justiça, João Geraldo. As irregularidades serão detalhadas em relatórios técnicos que deverão ser elaborados pela equipe multiprofissional e encaminhados, no prazo de 15 dias, ao Ministério Público da Paraíba para que a instituição se pronuncie sobre as providências que deverão ser adotadas pelo hospital.

Radioterapia

O diretor técnico do Napoleão Laureano, Marcos Marche, informou que, no ano passado, o hospital adquiriu um acelerador

linear conformacional. Embora o equipamento usado no tratamento do câncer tenha sido instalado em julho deste ano, ele ainda não está em funcionamento porque depende de uma inspeção e de uma autorização do Conselho Nacional de Energia Nuclear. "Trata-se de uma tecnologia de ponta que reduz o tempo de exposição do paciente à radioterapia e que é mais preciso, porque atinge especificamente o tumor, diminuindo os efeitos colaterais do tratamento", explicou o especialista.

Enquanto a autorização não é dada, 40% os pacientes que necessitam de radioterapia e que poderiam ser beneficiados com a "tecnologia de ponta" continuam realizando o tratamento em equipamentos antigos, que foram adquiridos há 30 anos e que possuem apenas uma intensidade de radiação, aplicada tanto em pacientes com tumores mais superficiais, como em pacientes que têm tumores mais profundos.

A Promotoria de Justiça da Saúde vai solicitar à Comissão Nacional de Energia Nuclear o envio de fiscais ao Hospital Napoleão Laureano para que a liberação do equipamento seja feita o mais rápido possível.

Equipe multiprofissional

A fiscalização de rotina do MPPB teve como objetivo verificar as condições de funcionamento da unidade de saúde e contou com a participação de representantes dos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Nutrição, Odontologia, Fisioterapia, Farmácia, Engenharia, Arquitetura e Agronomia e com profissionais das Vigilâncias Sanitárias de João Pessoa e do Estado e Corpo de Bombeiros.

Municípios contratam sem concurso público e Ministério Público ingressa com 100 ações na Justiça

Fiscalização vai priorizar cidades com os piores indicadores sociais; recomendação também será feita ao Estado e à Assembleia Legislativa

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) ingressou no Tribunal de Justiça com cem ações diretas de inconstitucionalidade contra leis municipais que autorizam a contratação de servidores sem concurso público.

Em fevereiro deste ano, o MPPB recomendou aos prefeitos dos 223 municípios paraibanos que realizassem, até o dia 31 de julho, concurso público e exonerassem todos os servidores com contratos temporários e em cargos comissionados.

Nesse período, os promotores de Justiça analisaram a constitucionalidade das leis municipais que dão sustentação às contratações sem concurso.

O MPPB vai requisitar

informações sobre o atual quadro de pessoal de cada prefeitura e os promotores de Justiça deverão celebrar termo de ajustamento de conduta com os prefeitos para garantir o atendimento de serviços essenciais.

O procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro Filho disse que os primeiros municípios que serão fiscalizados são os que têm os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). A expectativa é de que a fiscalização de todas as cidades paraibanas seja concluída até dezembro. “Não há caça às bruxas; há a vontade de regularizar uma situação e vamos fiscalizar se isso foi ou não regularizado. Cada caso é um caso”, explicou Trigueiro Filho.



Concursados: Justiça concedeu liminar solicitada pelo MPPB e obrigou o Governo do Estado a convocar os 310 aprovados em 2008 no concurso público da Polícia Militar

Executivo e Legislativo

A recomendação para que os gestores façam concurso público e exonerem contratados e comissionados será feita aos demais

poderes, quando a fiscalização nos municípios for concluída. As contas do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa já estão sendo analisadas.

NO SERTÃO E ALTO SERTÃO

Encontro discute destino do lixo e combate à poluição sonora

Prefeitos e secretários municipais, delegados e oficiais da polícia militar das regiões de Patos, Itaporanga, Sousa e Catolé do Rocha participaram dos encontros promovidos este mês pela Equipe Especializada em Meio Ambiente e Urbanismo do Ministério Público da Paraíba sobre o destino do lixo doméstico e a poluição sonora.

Também foi lançada a política institucional do MPPB de combate às formas de poluição sonora e ministrada palestra sobre licenciamento ambiental de obras e atividades e serviços que são efetiva ou potencialmente poluidores.

O promotor de Justiça que coordena a Equipe Especializada, José Farias, falou sobre a responsabilidade civil e criminal do autor da poluição sonora e discutiu as formas, os procedimentos e os meios para que as polícias civil e militar combatam a poluição

sonora nos municípios.

Destino do lixo

As autoridades e os promotores de Justiça que atuam nos municípios do Sertão e Alto Sertão também participaram do seminário sobre gerenciamento integrado de resíduos sólidos domésticos. O superintendente da Sudema, Eloísio Dantas, informou que apenas 1% do lixo produzido na Paraíba passa por tratamento de compostagem; 76% dos resíduos sólidos vão para lixões; 13%, para aterros controlados e 10%, para aterros sanitários.

Segundo o promotor de Justiça José Farias, se os 223 municípios paraibanos tivessem uma política eficaz de gerenciamento integrado de resíduos sólidos domésticos, 85% do lixo produzido poderia ser reaproveitado, gerando emprego e renda a várias famílias.



MPPB garante convocação de 3.192 concursados

Mais de 3 mil aprovados nos concursos públicos da Saúde e da Segurança Pública devem ser convocados, graças à atuação do Ministério Público da Paraíba.

Em julho, a Promotoria do Patrimônio Público da Capital moveu quatro ações civis públicas (ACP) contra o Governo do Estado, para obrigá-lo a fazer as convocações.

A Justiça deferiu as liminares e determinou a contratação de 389 aprovados no concurso da Saúde realizado em 2007 e dos 2.021 aprovados nos processos simplificados para os hospitais de Queimadas, Itabaiana, Itapororo-

ca e Trauma de Campina Grande. Também foram deferidas as convocações dos 310 aprovados em 2008 no concurso da Polícia Militar e dos 54 aprovados para o cargo de bombeiro, para que eles façam o curso de formação de soldados.

AACP que pedia a convocação imediata dos 450 aprovados na primeira etapa do concurso da Polícia Civil para a realização do curso de formação policial foi aceita parcialmente, pois o juiz determinou a convocação de 418 aprovados. A Promotoria recorreu da decisão e pediu a convocação de 450 pessoas (referente à capacidade máxima da Academia de Polícia).

Propaganda eleitoral sonora é proibida na zona de silêncio de CG



Partidos políticos, coligações e candidatos estão proibidos de fazer propaganda eleitoral sonora na “zona de silêncio” de Campina Grande.

De acordo com o promotor de Justiça do Meio Ambiente José Eulâmpio Duarte, a advertência é baseada na lei municipal 4.877/10 e foi feita em razão de a própria Justiça Eleitoral ter afirmado que a poluição sonora deve ser combatida pela promotoria de Justiça do Meio Ambiente e pela coordenadoria ambiental do município. “A zona de silêncio será preservada durante a campanha eleitoral e caso sejam identificados

infratores, eles serão multados. Comunicaremos à Justiça Eleitoral os registros das ocorrências”, disse.

Segundo Eulâmpio, nem os carrinhos de vendas de CD’s podem circular ligados nessa área.

Zona de silêncio

A “zona de silêncio” abrange as ruas Marquês do Herval, Venâncio Neiva, Maciel Pinheiro, Barão do Abiaí, Sete de Setembro, Simeão Leal, Cardoso Vieira, Beco 31 e parte da avenida Floriano Peixoto. Também são protegidos pela lei 4.877/10, o pátio da Catedral de Nossa Senhora da Conceição e o entorno da Feirinha de Frutas e da Praça da Bandeira.

Prefeitura recebe R\$ 310 mil, mas alunos não têm merenda

MPPB inicia fiscalização em escolas municipais de Marcação, Rio Tinto e Baía da Traição para verificar irregularidades na educação básica

A Promotoria de Defesa dos Direitos da Educação de Rio Tinto constatou inúmeras irregularidades em duas escolas municipais de Marcação (a 62 quilômetros de João Pessoa) que foram inspecionadas, em agosto. Dentre elas, está o suposto desvio de recursos públicos que deveriam ser destinados à alimentação escolar.

De acordo com o promotor de Justiça José Raldeck, os 579 estudantes matriculados nas duas unidades de ensino só recebem a alimentação escolar até a primeira quinzena de cada mês. “A partir daí, para que elas não sintam falta da merenda, são liberadas no meio do expediente escolar, com prejuízo considerável para o aprendizado. Isso é um crime! As crianças são pobres e, muitas vezes, dependem da merenda oferecida na escola para fazer a única refeição do dia”, argumentou.

O problema acontece desde o ano passado, embora o Governo Federal tenha repassado, de janeiro de 2009 até julho deste ano, quase R\$ 310 mil ao município para o financiamento da alimentação escolar. “O município tem a obrigação de complementar a verba da merenda, mas o que temos visto é que nem os recursos federais têm sido aplicados!”, criticou Raldeck.

A água servida nas duas escolas municipais de Marcação também



Pratos vazios: Alunos da rede municipal de Marcação são obrigados a voltar para casa mais cedo e a perder aula, porque falta merenda nas escolas

apresenta problemas, pois advém de recipientes a céu aberto. “Um só copo é destinado à coletividade; os alimentos perecíveis são armazenados indevidamente e os banheiros são fétidos”, acrescentou o promotor de Justiça.

No dia 31 de agosto, o Tribunal Regional Eleitoral cassou o mandato do prefeito de Marcação Paulo Sérgio Araújo e de seu vice, Valdir Silva, por abuso de poder político e compra de votos na eleição 2008. Além de ficar inelegível por três anos, o ex-prefeito foi multado em R\$ 53 mil.

Há oito meses, a Promotoria de Justiça instaurou inquérito civil para apurar as irregularidades praticadas pelo gestor (inclusive em relação à merenda). O MPPB vai ingressar com uma ação civil

pública de improbidade administrativa contra o ex-prefeito.

Inspeções

A Promotoria também fará inspeções nas escolas de Rio Tinto e Baía da Traição para verificar a existência de irregularidades na merenda, no transporte escolar e no piso salarial para professores do magistério público municipal.

As inspeções contarão com o apoio do Ministério Público Federal, pois a região possui muitas escolas indígenas.

Após a conclusão dos relatórios de inspeção, será realizada uma audiência pública sobre os problemas constatados. Na ocasião, deverá ser celebrado um termo de ajustamento de conduta entre os municípios e o MPPB.

Gestores devem fiscalizar empresa

O prefeito de João Pessoa, Luciano Agra, e a secretária de Educação, Ariane Sá, devem fiscalizar a quantidade de merenda terceirizada que está sendo servida nas escolas de ensino fundamental do município, sob pena de responderem por ato de improbidade administrativa por negligência. O município deverá encaminhar à Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, até 19 de setembro, informações sobre as medidas efetivamente adotadas.

Desde fevereiro, a Promotoria da Educação e os Conselhos Tutelares têm constatado que a empresa SP Alimentação e Serviços Ltda está fornecendo a merenda em pequena quantidade. O problema foi relatado por 52 diretores da Capital. Nas escolas Nazinha Barbosa e Duque de Caxias, os estudantes foram flagrados recebendo uma concha de sopa (o equivalente a 180 ml).

O Ministério Público de São Paulo também está investigando a empresa SP Alimentação, pelo fornecimento de merenda terceirizada de péssima qualidade e em pouca quantidade, em suposta troca de propinas para agentes do poder público, que se omitem na fiscalização.

GIRO PELAS PROMOTORIAS

Seis pessoas são presas por venda ilegal de GLP



Seis pessoas foram presas em flagrante e 261 botijões de gás de cozinha (GLP) foram apreendidos, no dia 19 de agosto, em Manaíra (no Alto Sertão, a 468 quilômetros da Capital), durante a operação “Sol de Prata”, realizada pelo Ministério Público, pela Polícia Civil de Patos e de Princesa Isabel e pela Polícia Militar.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Princesa Isabel fez a investigação preliminar sobre a comercialização ilegal de gás de cozinha em mercadinhos do município de Manaíra. Segundo o promotor de Justiça Diogo Pedrosa Galvão, as seis pessoas presas vão responder por crime contra a ordem econômica, devido à comercialização de derivado de petróleo sem a autorização do Corpo de Bombeiros e da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

MPPB intervém para garantir sobrevivência de prematuros

O Laboratório Abbot se comprometeu a regularizar o fornecimento do medicamento da marca “Survanta” nos hospitais públicos e privados do Estado. Desde julho, alguns serviços começaram a sofrer com o desabastecimento do medicamento,

usado para garantir a sobrevivência de bebês prematuros.

O laboratório disse que o desabastecimento ocorreu devido a “problemas na linha de produção” do medicamento e que, até o dia 20 de agosto, a situação estaria regularizada.

Promotoria de Justiça investiga ausência de delegados em Cuité e Nova Floresta

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da Comarca de Cuité (a 235 quilômetros de João Pessoa) instaurou inquérito civil para apurar denúncias contra atos da Delegacia de Polícia e as condutas dos delegados de Cuité e Nova Floresta.

Segundo a promotora de Justiça Andréa Bezerra Pequeno, as populações das duas cidades reclamaram da ausência de delegados e disseram que quase diuturnamente as delegacias permanecem fechadas. “Inúmeras ocorrências de crimes de ação

pública incondicionada não estão sendo apuradas por meio de inquéritos policiais, inclusive, aqueles requisitados pelo Judiciário e pelo Ministério Público do Estado, aumentando significativamente a sensação de impunidade e a criminalidade”, destacou.

Sem delegado, a população dos dois municípios não consegue fazer os termos circunstanciados dos delitos de menor gravidade, impedindo que esses crimes sejam remetidos ao Juizado Especial Criminal.

Atacadistas não podem revistar clientes

A Justiça acatou a ação civil pública movida pelo MPPB e proibiu os atacadistas Makro e Atacadão, localizados no município de Campina Grande, de revistar os clientes no momento da saída das lojas para conferir as mercadorias adquiridas. Em caso de descumprimento, os estabelecimentos receberão multa diária de R\$ 10 mil.

MPPB inicia fiscalização em abrigos de idosos

Equipe Especializada pretende fazer diagnóstico das instituições para orientar ações e garantir respostas eficazes aos problemas sociais

A Equipe Especializada em Cidadania e Direitos Humanos vai inspecionar as instituições de longa permanência para idosos (os "abrigos"). O cronograma e o roteiro das fiscalizações serão definidos em setembro.

O objetivo é fazer um diagnóstico dos abrigos existentes no Estado para orientar a atuação das promotorias de Justiça e garantir respostas mais rápidas aos problemas sociais que atingem a população idosa.

No dia 16 de agosto, a Equipe Especializada, a Promotoria de Justiça da Comarca de Guarabira e representantes dos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Engenharia e Arquitetura, a Agência Estadual de Vigilância Sanitária e o Corpo de Bombeiros fiscalizaram a Associação Abrigo São Vicente de Paulo, que atende 14 idosos em Guarabira (a 98 quilômetros de João Pessoa).

Dentre as irregularidades

constatadas estão a ausência de profissional de enfermagem para acompanhar a aplicação dos medicamentos, a falta de barra de apoio nos sanitários, acessibilidade precária, instalações elétrica e hidráulica sem manutenção, falta de equipamentos de prevenção contra incêndio e pânico e medicamentos (com destaque para os psicotrópicos) guardados de forma inadequada.

Na ocasião, o coordenador do 1º Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça, o promotor de Justiça Adrio Leite, sugeriu que o Ministério Público em Guarabira busque junto à Atenção Básica de Saúde uma maior assistência do PSF (Programa Saúde da Família) aos idosos internados no abrigo.

Prestação de contas e TAC

O abrigo arrecada mensalmente R\$ 8 mil, sendo que R\$ 1,2 mil são provenientes de uma parceria com a Prefeitura de Guarabira. Segundo a promotora de Justiça



MPPB constatou vários problemas no abrigo São Vicente de Paulo, em Guarabira

Ana Lima Cabral, já existe na Promotoria de Justiça de Guarabira um extenso procedimento referente à prestação de contas que vem sendo feita pelos gestores da instituição. Também foi firmado um termo de ajustamento de conduta (TAC) entre o Ministério Público e a associação para que

seja resolvido o problema da acessibilidade dos idosos.

Os relatórios técnicos que serão elaborados pelos conselhos dos profissionais de saúde deverão orientar as ações que serão tomadas pela promotoria de Justiça para garantir os direitos e o bem-estar dos idosos.

EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Município cria Conselho do Idoso só "no papel" e é alvo de ação

A Promotoria de Justiça do Cidadão ingressou, no dia 17 de agosto, com uma ação civil pública na Justiça contra o município de São José de Piranhas (a 492 quilômetros da Capital) para obrigá-lo a regulamentar, em 30 dias, o Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos e a disponibilizar, em caráter de urgência, um prédio com instalações adequadas para sediar o Conselho Municipal do Idoso.

De acordo com o promotor de Justiça Osvaldo Barbosa, o Conselho do Idoso do município existe apenas "no papel" e a negligência da administração municipal dura anos.

O MPPB tentou celebrar um termo de ajustamento de conduta com o prefeito, mas o gestor preferiu se omitir. "A falta de uma

sede (para o Conselho do Idoso) é inaceitável e configura um total desrespeito para com a população que precisa ser atendida, expondo idosos e suas famílias a situações vexatórias, justamente num momento em que se apresentam fragilizadas, precisando de apoio e orientação", criticou Barbosa.

Condições de trabalho

A Promotoria de Justiça também solicitou ao juiz da Comarca de São José de Piranhas que o município seja obrigado a garantir, no prazo de 60 dias, o funcionamento do Conselho, disponibilizando sede dotada de salas próprias e em boas condições, linha telefônica própria, mobiliário, equipamentos, veículo e motorista exclusivos e um servidor para trabalhar exclusivamente no órgão.

TAC garante benfeitorias no Almeidão, em JP

Instalação de sistema de vigilância, confecção de novos portões, conserto nas instalações hidráulicas, sanitária e elétrica, revestimento e troca de piso, limpeza e obras de drenagem. Essas são algumas das benfeitorias que deverão ser realizadas no estádio Almeidão, em João Pessoa, antes dos dias 11 e 12 de setembro, quando será realizado o Sun Rock Festival, que tem como principais atrações os shows das bandas de rock "Scorpions" e "Sepultura".

As melhorias no maior estádio da Paraíba – que tem capacidade para receber 30 mil pessoas por dia – foram garantidas no dia 17, com a celebração do termo de ajustamento de conduta (TAC) entre as Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e do Cidadão da Capital, a Secretaria de

Juventude, Esporte e Lazer do Estado e a empresa Qualitech Produções, responsável pela organização do show.

Foi acordado que o Governo do Estado vai celebrar um termo de autorização de uso (que consistirá na concessão do bem público para a realização do festival) e, em contrapartida, a empresa fará as melhorias no estádio.

15 câmeras serão instaladas

Quinze câmeras serão instaladas nos locais que dão acesso ao estádio. Segundo o promotor de Justiça José Leonardo Clementino Pinto, o TAC visa proteger o patrimônio público. "O Governo do Estado fará duas inspeções no local: uma antes do show e outra, depois. Se houver algum dano, a empresa será obrigada a repará-lo", disse.



ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social
Acesse o site www.mp.pb.gov.br
ou envie o e-mail atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br